

O discurso das/nas cidades: reflexões interdisciplinares

Alcina Sousa
Maria João Marçalo

O texto que apresentamos, de cariz reflexivo e introdutório ao presente volume sobre a sustentabilidade das cidades, pretende dar uma visão mais atualizada das questões da retórica urbanística, sob a perceção das ciências humanas e sociais, como uma abordagem interdisciplinar evidenciada sobretudo nas duas últimas décadas, que assenta em três pilares, denominados de três pês em língua inglesa, i.e., *people*, *planet* e *profit* (pessoas, planeta e desenvolvimento económico) como garante da sustentabilidade social, ambiental e económica, sendo também indicadores da presente / futura saúde e riqueza das cidades.

Promove-se a memória coletiva dos lugares, desencadeando-se os processos cognitivos relacionados ao desejo de “ver” e / ou “revisitar” / fazer parte do local e experienciá-lo, subjacente à proposta sobre cultura e coesão social avançada por Duxbury (2002) e Duxbury, Garrett-Petts, MacLennan (2015) através da proposta, por exemplo, de um mapeamento cultural anterior à elaboração dos planos urbanísticos. Este pressupõe o envolvimento de práticas discursivas da comunidade envolvente, da participação da pesquisa académica e abordagens artísticas, visando um entendimento mais profundo e a consequente articulação do local com as pessoas, quer por residentes, turistas e residentes temporários. Os mapas culturais são denunciadores de mapas linguísticos identificadores dos traços individuais e coletivos de um local. Na conceção

de Duxbury, Garrett-Petts, MacLennan (2015), são catalisadores de processos pelo facto de colocarem a centralidade no espaço, de uma forma dinâmica, além de constituírem “uma plataforma para a expressão e ação coletiva”. Por outras palavras, garantem a sustentabilidade cultural dos contextos urbanos, enfatizando a contextualização baseada em locais e o estreito entrosamento de dimensões ambientais e socioculturais do local (tradução nossa) (Duxbury, 2013, 2017; Duxbury, Kangas, De Beukelaer, 2017; Hristova, Šesic, Duxbury, 2015; Kangas, Duxbury, De Beukelaer, 2017). Articulam-se, simultaneamente, os significados plurais dos lugares e as suas histórias como perspetivas enriquecedoras, de (in)formação às/das gerações vindouras, de plataforma de partilha para discussão entre os diferentes grupos e orientação, visando a tomada de decisões coletivas e ações para desenvolvimento futuro (veja-se, por exemplo, em: <<https://centerforinterculturaldialogue.files.wordpress.com/2015/06/kc69-cultural-mapping.pdf>>).

Começamos por focar a seleção da língua de comunicação carreadora dos valores culturais e traços identitários de uma comunidade. Tomemos, por exemplo, dois espaços urbanos, com características próprias, porém com alguns pontos comuns. A cidade do Funchal e a cidade de Évora, em que habitam as autoras do presente texto. A cidade do Funchal está situada na Ilha da Madeira; e Évora na planície do Alentejo. A nossa proposta de introdução é, portanto, relacionada com o mapeamento linguístico e cultural dos espaços urbanos que nos são identitários. A forma como os mapeamos está também relacionada com os nossos interesses, neste caso académicos, porém igualmente reveladores de dimensões experienciais e ideacionais, na aceção do linguista Halliday. E, claro, parafraseando Scollon e Scollon (2003, p. 3) acerca da sua abordagem no âmbito da geossemiótica ou *Discourses in Place*, não podemos esquecer que nós mesmos somos a encarnação de signos (não-verbais e/ou multimodais) através da nossa presença física, dos nossos movimentos e gestos, na mesma medida em que teremos os signos linguísticos patenteados na sinalética das cidades, ou na toponímia.

Falamos de nós ao falar. A língua fala-nos. Falamos do mundo, do real, a partir de nós. A linguagem é subjetiva. Os sentimentos estão na linguagem. A língua é minha, é tua, é nossa, é de quem a falar. Arriscamos o confronto da pluralidade, da diversidade, das muitas vozes? É essencial que a comunidade local procure revisitar criticamente a diversidade dos traços de identidade do destino (alfabetização cultural) e da pluralidade cultural, evitando tensões

múltiplas e contribuindo para sua valorização. Questões de autenticidade (van Leeuwen, 2001) e ecologia linguística subjazem à análise das práticas discursivas imprescindíveis para a sustentabilidade dos espaços urbanos (Mufwene, Vigorouroux, 2017).

Em 1999, no dia 22 de janeiro, José Saramago recebeu, na Universidade de Évora, o título de doutor *honoris causa*. O mesmo Saramago que terá escrito algures que a velhice começa quando se perde a curiosidade. Mantenhamos, então, a curiosidade, para não envelhecer. A minha pátria é a língua portuguesa, diz Pessoa. As línguas, as pátrias, os locais são espaços identitários em que nos encontramos, com que nos identificamos ou não. É, pois, um discurso sempre subjetivo este que fazemos, situado entre as periferias do Alentejo e da Madeira e a pluricêntrica Língua Portuguesa.

Mas a vivência dos sujeitos ligados aos espaços universitários do Funchal e de Évora impõem-nos o tempo concreto do século XVI e o mundo dos Colégios Jesuítas que ligam as universidades de Évora e da Madeira. Impõe-se falar do madeirense Manuel Álvares, nascido em 1526, filho de Sebastião Gonçalves e Beatriz Álvares. Manuel Álvares liga a Madeira e o Alentejo: morreu em Évora, a 30 de dezembro de 1583, onde foi reitor da universidade jesuíta. Manuel Álvares, natural da Ribeira Brava, povoação situada a 20 km do Funchal, é o humanista e filólogo madeirense mais famoso à escala universal. De acordo com os seus biógrafos entrou para o colégio da Companhia de Jesus, em Coimbra, a 4 de julho de 1546, tendo 20 anos. Além da *De Institutione Grammatica Libri Tres*, Manuel Álvares foi o autor de outras obras importantes, embora de menor relevo. Foi ordenado em 1538. Após a entrada na Companhia de Jesus foi professor, ensinando nas escolas públicas do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, onde regeu as cadeiras de latim, grego e hebraico. Dois anos depois, ocupou as cadeiras de humanidades do Colégio das Artes e ascendeu a reitor desta instituição, desempenhando a função entre 1561 e 1566. Antes de se tornar reitor do colégio e da Universidade de Évora, foi superior da Casa Professa de Lisboa (S. Roque). A história de Manuel Álvares e da sua obra "De Institutione" constitui, precisamente, um dos alicerces do ensinamento do latim. A Companhia procurava uma gramática latina que substituísse a de João Despautério (n. Ninove, c. 1480 - m. Komen, 1520), que unificou o ensino gramatical na Europa durante o séc. XVI, com as suas 400 edições.

Os estudos de Manuel Álvares mereceram um enorme interesse por parte do duque de Gândia, o espanhol D. Francisco de Borja (n. Valência, 28

out. 1510 - m. Roma, 30 set. 1572), que permitiu ao jesuíta madeirense que se dedicasse inteiramente à elaboração da *Ars*, e que se tornou referência única da pedagogia da Companhia de Jesus durante séculos. O sucesso do livro de Manuel Álvares pode ser objetivamente medido pelas cerca de 600 edições, totais ou parciais, e 14 traduções em vários idiomas. Depois d'Os Lusíadas, esta é a obra da autoria de um português traduzida ou reeditada, mais vezes, existindo, inclusive, uma versão chinesa, que foi publicada em Xangai, em 1869.

Ao sucesso da *Ars* sucederam-se as críticas dos opositores aos métodos propostos pelo gramático madeirense. Apesar da questão metodológica, o Padre Manuel Álvares era reconhecido, no seu tempo, como o primeiro entre os gramáticos antigos e modernos de qualquer nacionalidade. Ao longo dos séculos de edição, a *De Institutione Grammatica Libri Tres* foi alvo de diversas críticas. A Congregação do Oratório, que no séc. XVIII e devido ao seu alto interesse pelo ensino, opôs-se abertamente à Companhia de Jesus, detentora desse monopólio há cerca de 200 anos. O debate de oposição à obra-prima de Manuel Álvares decorreu até à reforma pombalina, que colocou um ponto final a esta polémica, publicando um alvará régio, em 28 de junho de 1759, no qual se proibia o uso da *De Institutione*. A proibição do ensino do método alvaresiano constitui um corte profundo com a escola jesuíta através do ataque à *De Institutione Grammatica Libri Tres*. A ordem Jesuíta é expulsa de Portugal por ordem do Marquês de Pombal. As cidades de Évora e Funchal, então, vivem tempos diferentes.

E o presente?

O gramático francês Nicolau Beauzée (n. Verdun, 9 maio 1717 - m. Paris, 23 jan. 1789), cujo trabalho é pouco conhecido atualmente, foi capaz de produzir algumas reflexões interessantes sobre a noção de presente. Beauzée elaborou uma tipologia para o presente o qual dividia em presente atual, presente anterior, presente posterior, presente indefinido e presente simultâneo. A utilidade desta tipologia pode ser contestada, mas devemos entender que a capacidade de reflexão deste gramático é digna de nota e que a sua teoria nos permite concluir que todo o tempo pode ser reduzido à noção de presente. Podemos dizer que nem sempre o seu pensamento é claro, quereria talvez responder à pergunta: "onde estou, quando estou no presente?" Vivemos no presente, o presente é eterno. A necessidade de usarmos metáforas, isto é, de dizermos uma coisa por outra, parece indicar que essa é a melhor maneira de falar da realidade. Poderemos tentar indagar quais as relações entre a língua e o tempo, quais as relações entre a língua e o mundo.

Perguntava Saramago, no seu discurso, ao receber o doutoramento *honoris causa*, em Évora: “a que horas principia o presente? Quando, em que minuto do tempo futuro, o que hoje é tempo atual irá ser transformado em tempo do passado?”

Urge reconhecer que uma língua é uma realidade imaterial, uma realidade dinâmica. Uma língua pertence a todos os que a falam, estejam esses falantes onde estiverem nos tempos e no mundo. Como refere o linguista francês André Martinet, as línguas mudam porque funcionam, ou seja, uma língua não é estática, há uma interação permanente entre a chamada língua padrão que procura estabilizar as normas e todos os usos que dessa língua são feitos.

Poderíamos, também, recorrer à distinção de Eugénio Coseriu entre língua e idioma, dizendo então que a língua portuguesa se materializa em vários idiomas: o português do Brasil, o português de Timor-Leste, o português de Angola, o português de Moçambique, o português da Guiné, o português de São Tomé e Príncipe, o português de Cabo Verde e o português de Portugal. Mas também o português de Macau, das comunidades de migrantes no mundo, ou ainda, regionalmente falando, o português do Alentejo ou o português da Madeira.

Concordamos com a perspetiva de Graça Moura, que afirma: “a língua materna é provavelmente o património mais dinâmico de que cada cidadão dispõe e para que individualmente contribuí ao longo da sua existência.”

Não podemos falar de cidadania participada (Starkey, 2002) sem falar da defesa da língua, da sua valorização, da sua importância para toda a aprendizagem, para aquisição do conhecimento e para a expressão do pensamento e do saber, para a própria consciência das liberdades, dos direitos políticos e civis.

José Saramago recebeu o prémio Nobel no dia 10 dezembro 1998. Nesse mesmo ano cumpriam-se 50 anos sobre assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eduardo Lourenço já o sublinhou, devemos mudar o conceito de que a língua portuguesa é nossa, para o conceito de que a língua portuguesa também é nossa.

No passado, seguindo a tradição, todos os problemas da língua portuguesa eram da responsabilidade das academias: Academia das Ciências de Lisboa e Academia de Letras do Brasil. Entendia-se que cada país soberano transportava o modelo de língua para os seus territórios. A Unesco fala de um

mundo a múltiplas vozes e este conceito não terá sido, ainda, completamente assimilado. Haverá a necessidade de reconhecer um organismo para todas as soberanias que adotaram a língua portuguesa?

Os mundos da língua portuguesa não são uniformes. Temos necessariamente que distinguir os países que adotaram a língua portuguesa como língua oficial, as comunidades espalhadas pelo mundo que falam português, mas que se encontram em territórios que não são da nossa soberania, as comunidades de descendentes de portugueses e as comunidades de países onde a evangelização e a soberania portuguesa passaram, mas que hoje não são comunidades descendentes de portugueses. É múltipla a natureza da língua e dos mundos da língua portuguesa no mundo.

O presente, hoje, faz-se também no espaço virtual, designado pelo anglicismo *online* aceite globalmente em muitas línguas. Neste seguimento, interessa-nos aqui falar da língua inglesa e da língua portuguesa.

VISÕES PARTILHADAS

A leitura de vários artigos em linha, criteriosamente selecionados segundo as palavras chave sobre planos urbanísticos e retórica (com cerca de 34 mil instâncias) e em língua inglesa *urban planning* e *rhetoric* (2.590.000 instâncias), aponta para uma questão fundamental de cariz multidisciplinar: a narrativa de vivências que subjaz à representação da vida na *urbe*, isto é, na zona urbana, e conseqüente redefinição. Este processo dialógico pressupõe que as pessoas que partilham um espaço tenham oportunidade para falarem do património construído e natural, dos seus negócios e das suas vivências, o que contribui para a formação da identidade única de uma cidade. O cariz de uma cidade resulta de múltiplas influências que contribuem para a sua aparência, cultura e valores partilhados (cf. Arcadis, 2016).

Os múltiplos blogues disponíveis no espaço virtual sobre as cidades são indiciadores do interesse do cidadão pela temática ou temáticas afins (na linha de, por exemplo, da análise de Ascher, 2012). Uma breve incursão sobre o conjunto de cinco “hashtags”, que norteiam a pesquisa em linha, é representada no Diagrama 1, onde se destaca a ocorrência de lexemas relacionados com diversas nacionalidades, identidades (“blondes” → loiras, “brunette” → morena, “haircolour” → cor do cabelo), lugares a par do mapeamento de emoções / sensações relacionadas com a vivência do tecido urbano (“lovely”, “funny”, “laugh”).

urbana (→ *urban renewal*, no texto original em inglês), corrobora Christensen. As implicações das escolhas pragmático-linguísticas são mais amplas ao nível da retórica urbanística, no que concerne, por exemplo, aos processos de desenvolvimento, mais do que à preservação, métodos e práticas, a ser objeto de regulamentação ou interpretação dos planos urbanísticos, tal como foi amplamente discutido em trabalhos anteriores (cf. Sousa, Lourenço, 2006, 2009, 2012a, 2012b) pelos impactes ao nível da integração multidimensional (física, económica, social e cultural) da identidade da comunidade no seio de uma cultura.

Com efeito, à seleção da linguagem dos planos, predominantemente de cariz normativo, está subjacente um plano de desenvolvimento que reflete as vivências próprias de um território e da sua adequação a tendências presentes e futuras. Poderemos citar, neste âmbito, o recurso às metodologias da etnografia, seguindo Lévi-Strauss (1986), pela recuperação da história de lugares, por vezes esquecida. A propósito, vincula Geertz (1999),

A tarefa da etnografia, ou uma delas em todo caso, é sem dúvida fornecer, como fazem a história e as artes, narrativas e cenários para refocalizar a nossa atenção; não, no entanto, os que nos tornam aceitáveis para nós mesmos pela representação de outros reunidos dentro de mundos onde não queremos e não podemos chegar, mas os que nos tornam visíveis para nós mesmos pela representação de nós e de todos os demais postos no meio de um mundo cheio de estranhezas irremovíveis das quais não podemos manter-nos distantes.

A vasta referência a artigos sobre a importância da narrativa e da etnografia para as práticas urbanísticas, publicados nos últimos cinco anos, é já aludida no artigo de Sandercock (2011), sob o título sugestivo “Out of the closet: the importance of stories and storytelling in planning practice”, destacando-se a cidadania participada, o planeamento colaborativo, a sustentabilidade dos espaços urbanos e a inclusão social. Os blogues disseminam a partilha de experiências e vivências nas cidades que vinculam a sua identidade na diversidade urbana. Citemos, por exemplo, o blogue intitulado “Retalhos de Bem-Fica”, de cariz etnográfico, com excertos de histórias de vida “como forma de análise dos processos sociais de mudança na freguesia de Benfica” na cidade de Lisboa (disponível em: <<http://gentedebenfica.blogspot.pt/>>). Decorrente, ainda, da

revitalização e intervenção urbanas, refiram-se os denominados arquipélagos urbanos, segundo os pressupostos de Ascher (2012).

A propósito do papel das narrativas que vinculam o caráter comunitário de um lugar, cite-se o texto intitulado “How arts and cultural strategies create, reinforce, and enhance a sense of place” da associação americana de planeamento, em 2017 (disponível em: <<https://www.planning.org/research/arts/briefingpapers/character.htm>>), levando em linha de conta “os interesses da comunidade nos processos de tomada de decisão; a integração de recursos artísticos e culturais com programas de visão cívica, equilibrando a natureza antagónica inerente dos valores sociais passados, presentes e futuros”. Assim sendo, o lugar será descrito pelas vivências, experiências e perceções partilhadas por residentes, visitantes temporários e turistas, “através de: uma articulação do contexto histórico, cultural, económico e cultural da comunidade”; potenciando-se, deste modo, a “identidade da comunidade”; promovendo-se “a implementação de políticas, regulamentos e incentivos que apoiem e contribuam para o estabelecimento dessa identidade em evolução”. “A consciência da identidade e do caráter da comunidade é fortalecida” no sentido do desenvolvimento sustentável e descentralização (cf. Balanzá, Nadal, 2003; Krippendorf, 2000; Wellnagel, 2010, entre outros).

A análise de práticas discursivas subjacentes a processos humanos e físicos que plasmam ecologias e contextos urbanos poderá ser enriquecida pela incursão a um número de textos publicados em áreas complementares. Refira-se, por exemplo, *Islands in the Salish Sea*, publicado por Sheila Harrington e Judi Stevenson, em 2005, pela Touchwood Editions, e finalista do *Booker Prize*. Este livro apresenta um subtítulo bem sugestivo, designadamente *A Community Atlas*, motivo norteador da publicação, explanado pela geógrafa Briony Penn, no preâmbulo (p. 8-10):

community maps provide a geographical as well as historical record of what makes a place unique and liveable. They record the special information that isn't included on the maps that tell us where to drive, locate mines or build shopping malls. Instead they record the places [...] where we feel at home.

Na verdade, um lugar não é percecionado da mesma forma por dois interlocutores da mesma paisagem, sejam residentes, turistas, ou mesmo residentes temporários. Cada falante / intérprete possui um código de valores distintos,

mas comuns a um código linguístico carreador, por seu turno, de um conjunto de valores partilhados por uma comunidade (Harrington, Stevenson, 2005, p. 9): “Community maps are a reflection of all the love and positive power in a community”, o que contribui para a sustentabilidade dos espaços, sobretudo dos espaços urbanos.

Os inúmeros mapas a cor selecionados no volume de Harrington e Stevenson contêm vários tipos de representação gráfica e criativa do espaço diversificado das Ilhas do Golfo, isto é, dezassete ilhas no Mar Salish (p. 53-129), pelo recurso à linguagem visual e verbal, num contínuo intersemiótico. A autenticidade da representação verbal / não verbal ou multimodal é evidenciada pela diversidade de elementos escolhidos por cada comunidade em cada ilha (cf. os mapas regionais apresentados das páginas 130 a 154 do livro). O espaço geográfico é construído socialmente e carreado pela variante linguística própria de cada local (Coupland, Sarangi, Candlin, 2001; van Leeuwen, 2001; Grazian, 2010), salientando-se a diversidade linguística (lexical, ortográfica, sintática), discursiva (gêneros e textos), sociocultural e pragmática, também denominada por Molinsky (2013) como destreza global. Note-se que a expressão “Salish Sea” é um conceito usado para identificação dos habitantes das ilhas do mar Salish em torno do *Strait of Georgia* até Puget Sound, no estado de Washington.

Este atlas transporta o leitor para espaços e representações, diversificadas no tempo, partilhados por artistas locais, a par dos mapas mais apreciados por residentes de paisagens naturais, da flora e da fauna: “they are a millennium portrait, lovingly rendered by local artists, after considerable research, discussion, meetings and workshops with local coordinators and their Island communities” (Harrington, Stevenson, 2005, p. 13). Este tipo de descrição dinâmica e narrativa, pelo apelo ao plano visual, é facilitadora da viagem imaginária, porém memorável e duradoura, a lugares: porque “as facts change over time, and some are disputable, these maps and their stories show only a moment” na história da comunidade (ibid.).

A comunicação entre comunidades discursivas só é possível porque os interlocutores fazem uso do princípio cooperativo, na aceção de Grice (1989), explícito num dos objetivos mencionados na introdução do volume (Harrington, Stevenson, 2005, p. 12), a saber: “to capture in words, for inclusion in the book, the personal and collective visions and experiences that gave birth to the maps, and thus contribute to community mapping and sustainability in other parts of Canada and beyond”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o apelo à linguagem verbal / não verbal ou multimodal deve ser feito efetivamente, sem trivializar, homogeneizar ou repetir o *déjà-vu*. A análise da linguagem com o recurso a conceitos operatórios nas áreas da pragmática e semiótica, permite um entendimento mais aprofundado do discurso das/nas cidades e, por isso, potenciador da sustentabilidade dos espaços. Neste contexto, afigura-se necessário promover: o reconhecimento das características do traço identitário; a educação dos vários interlocutores das comunidades locais para o apoio, a mudança de atitude e a responsabilidade pela promoção dos valores culturais dos espaços urbanos diversos.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, M. *De Institutione Grammatica Libri Tres*. Antonii Velesii Amiensis... Operâ aucti, et illustrati. - Eborae: ex Typographia Academiae, 1699. - [4], 323, [233] p. 1572 Disponível em: <http://purl.pt/14014/4/1-174-p_PDF/1-174-p_PDF_24-C-R0150/1-174-p_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf>.
- ARCADIS Sustainable cities index 2016: Putting people at the heart of city sustainability, © 2016 Arcadis, <www.arcadis.com/SCI201>. Disponível em: <<https://www.arcadis.com/media/0/6/6/%7B06687980-3179-47AD-89FD-F6AFA76EBB73%7DSustainable%20Cities%20Index%202016%20Global%20Web.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- ASCHER, F. *Novos princípios do urbanismo - novos compromissos urbanos, um léxico*. 3. ed. Livros Horizonte, 2012. 174 p. ISBN: 978-972-24-1670-2.
- BALANZÁ, Isabel; NADAL, Mônica. *Marketing e comercialização de produtos turísticos*. São Paulo: Thompson Learning, 2003.
- CHRISTENSEN, S. *Stadtentwicklung & Stadtpolitik* - "The rhetoric of Urban-planning". 2013. Disponível em: <<http://www.urbanophil.net/stadtentwicklung-stadtpolitik/the-rhetoric-of-urban-planning/>>.
- COUPLAND, N.; SARANGI, S.; CANDLIN, C. *Sociolinguistics and social theory*. Routledge: Londres; Nova York, 2001.
- DUXBURY, N. (Org.). *Making Connections: Culture and social cohesion in the new millennium*. Vancouver: Canadian Journal of Communication, 2002.

_____. *Animation of public space through the arts: Toward more sustainable communities*. Coimbra: Almedina, 2013.

_____. Cultural mapping: Trajectories and issues in mapping cultures of place. In: FIDALGO, Pedro (Org.). *Estudos de Paisagem*. Lisboa: IHC - Universidade Nova de Lisboa, 2017. v. IV, p. 28-44.

DUXBURY, N.; GARRETT-PETTS, W. F.; MACLENNAN, D. (Org.). *Cultural mapping as cultural inquiry*. Nova York: Routledge, 2015.

DUXBURY, N.; KANGAS, A.; DE BEUKELAER, C. Cultural policies for sustainable development: Four strategic paths. *International Journal of Cultural Policy*, 23, 2, p. 214-230, 2017.

GEERTZ, C. Os usos da diversidade. Horizontes antropológicos. *Porto Alegre*, ano 5, n. 10, p. 13-34, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100002>>.

GRAZIAN, D. *Mix It Up: popular culture, mass media, and society*. W.W. Norton, 2010.

GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.

HALLIDAY, M.A.K. *Learning how to mean: Explorations in the development of language*. Londres: Edward Arnold, 1976.

_____. *Language as a social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.

HARRINGTON, S.; STEVENSON, J. (Ed.). *Islands in the Salish Sea: A Community Atlas*. TouchWood Editions, 2005.

HRISTOVA, S.; DRAGIĆEVIĆ ŠEŠIĆ, M.; DUXBURY, N. (Org.). *Culture and Sustainability in European Cities: Imagining Europolis*. London: Routledge, 2015.

KANGAS, A.; DUXBURY, N.; DE BEUKELAER, C. Introduction: Cultural Policies for Sustainable Development. *International Journal of Cultural Policy*, 23, 2, p. 129-132, 2017.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

MARTINET, A. *Elementos de linguística geral*. Lisboa: Martins Fontes, 1978.

MOLINSKY, A. *Global dexterity: how to adapt your behavior across cultures without losing yourself in the process*. Harvard: Harvard Business Review Press, 2013.

MUFWENE, S., VIGOUROUX, C. Perspectives on the ecology of language revisited. *Language Ecology*, v. 1 (1), p. 75-103, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/le.1.1.05muf;jsessionid=936309e47515d.x-jbep-live-01>>.

SANDERCOCK, L. Out of the closet: The importance of stories and storytelling in planning practice. *Planning Theory & Practice*, v. 4(1), p. 11-28, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/1464935032000057209>>; <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1464935032000057209>>.

SCOLLON, R., SCOLLON, S. *Discourses in place - Language in the material world*. Londres; Nova York: Routledge / Taylor & Francis, 2003.

SOUSA, A. P.; LOURENÇO, J. O discurso modalizado em planos regionais: desenvolvimento vs protecção. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA DO DISCURSO, 3., 2006, Braga. *Actas...* Braga, 2006. (Processos Discursivos de Modalização).

_____. Planeamento da urbanização e do turismo em retrospectiva: análises interdisciplinares. *Revista de Divulgação Científica AICA*, 1, p. 19-31, 2009.

_____. A retórica dos planos urbanísticos: visões partilhadas e diálogos em continuum. In: CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli; AYRES, Madalena Junqueira (Ed.). *Construções Normativas e Códigos da Cidade na Zona Portuária*. Rio de Janeiro: PROURB, 2012a. p. 13-29. ISBN: 978-85-88027-23-7.

_____. The Rhetoric of regional planning: a cross-disciplinary approach. *Topics in Linguistics*, 9, p. 28-41, 2012b. doi: 10.2478/topling-2012.

STARKEY, H. *Democratic citizenship, languages, diversity and human rights - Guide for the development of Language Education Policies in Europe From Linguistic Diversity to Plurilingual Education*. Estrasburgo: DGIV/Conselho da Europa, 2002.

VAN LEEUWEN, T. What is authenticity? *Discourse Studies*, v. 3(4), p. 392-397, 2001. doi: 10.1177/1461445601003004003.

WELLNAGEL, C. *Intercultural communication within the tourism industry. Cultural differences, misunderstandings and how to reduce them*. Ravensburg: GRIN Verlag ohg, 2010.